

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.430 - SP (2019/0310636-3)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : MARIA HELENA MORAES DELOVO
ADVOGADO : FLÁVIO BIANCHINI DE QUADROS - SP220411
RECORRIDO : ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADOS : ROBERTO EIRAS MESSINA - SP084267
LUÍS FERNANDO FEOLA LENCIONI - SP113806
FERNANDA GARAVELLI SILVA - SP376965
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : DEBORA MENDONÇA TELES - SP146834
MARISE BERALDES SILVA DIAS ARROYO - SP058976
FERNANDO MASSAHIRO ROSA SATO - SP245819

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. AUSÊNCIA DE DEVIDA DEMONSTRAÇÃO. ENUNCIADO 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. ENUNCIADO 284/STF. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. A ausência de devida demonstração da obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais remete ao não conhecimento do recurso especial.

2. Necessária a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente e, ainda, o devido cotejo analítico, não se podendo conhecer do recurso no que concerne ao dissídio.

3. O acórdão recorrido no tocante à complementação de benefício previdenciário em relação ao qual houve acordo e saldamento, negócio este que não fora objeto de invalidação, ao afastar a pretensão encontra-se em estreita sintonia com a orientação firmada pela jurisprudência desta Corte Superior, atraindo-se o enunciado 568/STJ.

4. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por MARIA HELENA MORAES DELOVO, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF, contra o acórdão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cuja

ementa está assim redigida:

Previdência privada - Ilegitimidade passiva da instituição financeira reconhecida com acerto - Inexistência de solidariedade com a patrocinadora do plano - Saldamento de plano de previdência em caráter irrevogável e adesão a novo plano de previdência, que não prevê em seu regulamento a inclusão de horas extraordinárias no salário de benefício - Conplementação da aposentadoria indevida - Entendimento sufragado pelo STJ em sede de recurso repetitivo - Honorários advocatícios fixados consoante os parâmetros legais - Apelo improvido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, além do dissídio, asseverou a afronta dos arts. 17 do CPC, 368, 369, 423 e 424 do Código Civil, 1.022, I e II, do CPC, e, ainda, art. 28, I, da Lei nº 8.212/91. Em suma, sustentou-se: a) a negativa de prestação jurisdicional; b) o direito à integralização de todas as verbas salariais obtidas na reclamatória trabalhista no benefício previdenciário; c) inexistir renúncia quando da adesão ao PrevMais; d) legitimidade do Banco do Brasil; e) a possibilidade de custeio mediante compensação. Pediu o provimento.

Houve contrarrazões.

O recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registro que o acórdão recorrido foi publicado já sob a vigência da Lei 13.105/2015, razão por que o juízo de admissibilidade é realizado na forma deste novo édito, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

Não há conhecer do recurso especial no tocante à alegada divergência jurisprudencial tendo em vista a ausência de indicação dos dispositivos infraconstitucionais sobre os quais haveria o alegado dissenso, incidindo o enunciado 284/STF.

Ademais, não houve o devido cotejo analítico entre os acórdãos, para tanto não se prestando a sua mera oposição dentro de um quadro, senão a indicação precisa da similitude fática e divergência de conclusões jurídicas, o que

inocorrera.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. RECONHECIMENTO DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, PELA FAZENDA NACIONAL. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. ART. 19, § 1º, I, DA LEI 10.522/2002, COM A REDAÇÃO DA LEI 12.844/2003. NÃO CABIMENTO DA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC. 2. Desde quando entrou em vigor a Lei 12.844/2003, se a Fazenda Nacional, ao responder à Exceção de Pré-Executividade, expressamente manifestar concordância com a tese do executado/excipiente, não há condenação ao pagamento de honorários advocatícios. Precedentes do STJ.

3. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais impede o conhecimento do Recurso Especial, com base na alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

4. Hipótese em que não é possível conhecer do Recurso Especial pela alínea "c", tendo em vista que não foi demonstrada a similitude jurídica - isso, na verdade, nem poderia ser feito, pois o recurso repetitivo (REsp 1.185.036/PE) foi julgado em 2010, quando era materialmente impossível a solução do caso abranger a interpretação do regime jurídico específico, que só veio a ser implementado três anos depois (Lei 12.844/2013, modificando a redação do art. 19, § 1º, da Lei 10.522/2002).

5. Recurso Especial parcialmente conhecido, apenas pela alínea "a", e, nessa extensão, não provido. (REsp 1815522/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 12/09/2019)

No caso concreto, seria essencial esse cotejo, pois, ao que tudo deixa crer,

não há absoluta subsunção da presente controvérsia ao que decidido no REsp nº 1.312.736/RS, pois lá o participante não havia migrado entre planos de benefício ofertados pelas patrocinadora e entidade de previdência como na presente demanda se reconheceu ter ocorrido.

Assim, não conheço do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional.

No mérito, o juízo sentenciante e o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em dupla conformidade, julgaram improcedentes os pedidos, tendo em vista ter a autora optado pelo saldamento do plano com benefício definido, migrando para plano diverso.

A propósito, pontuou o acórdão recorrido (fl. 1.625 e-STJ):

E na ocasião do saldamento, a recorrente aderiu a um novo plano de previdência, denominado Prevmais, dando quitação aos valores recebidos atinentes ao plano anterior.

Ora, se a autora anuiu com a quantia paga à época e aderiu, por livre e espontânea vontade, a um novo plano, não pode agora pretender a complementação do montante já auferido, ressaltando-se que ela passou a receber aposentadoria complementar a partir de 22 de agosto de 2008. (fls. 840)

Dessa forma, inobstante o eventual reconhecimento da integração de verbas salariais, tais como horas extras, no salário da autora em ação trabalhista, não poderão estas ser computadas como base de cálculo para a aposentadoria complementar já deferida, por força de regra expressa contida na cláusula 1.42 do regulamento do plano ao qual a apelante aderiu, que foi colacionado a fls. 856.

Tocante à alegação de negativa de prestação jurisdicional, tenho que o recurso não pode ser conhecido, na forma do enunciado 284/STF.

O acórdão recorrido, em face do pedido de complementação de aposentadoria, fora claro ao concluir pela improcedência em face da migração de planos ocorrida, não se podendo formular pedidos em relação à relação previdenciária estabelecida originariamente se não desfeito o negócio jurídico celebrado entre as partes e que resultara no saldamento dos valores anteriormente vertidos pelo participante.

Em sede de recurso especial, a parte recorrente limitou-se a apontar que o acórdão teria sido omissivo em relação aos dispositivos de lei por ela indicados, sem, todavia, demonstrar a relevância dos referidos dispositivos, à luz dos fundamentos apontados no acórdão.

Ademais, solvida a questão com base da existência de negócio do qual resultara a migração de planos previdenciários, não haveria falar em omissão acerca do direito à complementação do benefício com base nas verbas reconhecidas na Justiça laboral, das particularidades dos regulamentos e da compensação como fonte do custeio, pois se acabou por superar os argumentos em face dos fundamentos adotados.

No mérito, esta Corte Superior examinara os direitos porventura existentes em face da migração de planos previdenciários e do saldamento dos valores relativos a planos anteriores, concluindo pela prévia necessidade de desconstituição do acordo para que se possa pretender obter o reconhecimento de direitos relativos ao plano original.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. MIGRAÇÃO DE PLANO DE BENEFÍCIOS. REPACTUAÇÃO. REVISÃO COM BASE EM REGULAMENTO ANTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. RESP 1.551.488/MS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.

2. Nos termos da jurisprudência consolidada nesta Corte sob o rito dos repetitivos, "em caso de migração de plano de benefícios de previdência complementar, não é cabível o pleito de revisão da reserva de poupança ou de benefício, com aplicação do índice de correção monetária" e "Em havendo transação para migração de plano de benefícios, em observância à regra da indivisibilidade da pactuação e proteção ao equilíbrio contratual, a anulação de cláusula que preveja concessão de vantagem contamina todo o negócio jurídico, conduzindo ao retorno ao statu quo ante" (REsp 1551488/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/6/2017, DJe 1/8/2017)

3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria

fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 545.751/SE, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 19/11/2019)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. SUPRIMENTO. CARÁTER INFRINGENTE. POSSIBILIDADE. EXCEPCIONALIDADE. PREVIDÊNCIA PRIVADA. MIGRAÇÃO DE PLANO. REVISÃO DO VALOR DO BENEFÍCIO. REGRAS DO CONTRATO EXTINTO. ANULAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL. NECESSIDADE. DECADÊNCIA DO DIREITO.

1. Os embargos de declaração são cabíveis para suprir omissão do acórdão.

2. Admite-se, excepcionalmente, que os embargos, ordinariamente integrativos, tenham efeitos infringentes desde que constatada a presença de um dos vícios do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, cuja correção importe alterar a conclusão do julgado.

3. Aplica-se o prazo decadencial de 4 (quatro) anos nas demandas em que houve a migração do participante de plano de benefícios, por meio de transação extrajudicial, e que buscam a aplicação de critérios estatutários extintos. Isso porque seria necessário declarar-se previamente a nulidade, por vício de consentimento, do ato negocial transigido, com a repriminção do contrato original, hipótese dos autos.

4. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes. (EDcl no AgInt no REsp 1341656/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/08/2019, DJe 14/08/2019)

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E CONTRATO DE TRANSAÇÃO. MIGRAÇÃO E RESGATE. INSTITUTOS JURÍDICOS DIVERSOS, QUE NÃO SE CONFUNDEM. A SÚMULA 289/STJ LIMITA-SE A DISCIPLINAR O INSTITUTO JURÍDICO DO RESGATE, MEDIANTE O QUAL HÁ DESLIGAMENTO DO PARTICIPANTE DO REGIME JURÍDICO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, ANTES MESMO DE AUFERIR OS BENEFÍCIOS PACTUADOS. TRANSAÇÃO PARA MIGRAÇÃO DE PLANO DE BENEFÍCIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA DA RESERVA DE POUPANÇA E/OU DO BENEFÍCIO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. INAPLICABILIDADE. NOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

ADMINISTRADOS PELAS ENTIDADES FECHADAS, HÁ SOLIDARIEDADE NA DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS POSITIVOS OU NEGATIVOS. CONTRATO DE TRANSAÇÃO. NEGÓCIO JURÍDICO ONEROSO, UNITÁRIO E INDIVISÍVEL, TENDO POR ELEMENTO ESSENCIAL A RECIPROCIDADE DE CONCESSÕES.

1. As teses a serem firmadas, para efeito do art. 1.036 do CPC/2015 (art. 543-C do CPC/1973), são as seguintes: 1.1. Em caso de migração de plano de benefícios de previdência complementar, não é cabível o pleito de revisão da reserva de poupança ou de benefício, com aplicação do índice de correção monetária.

1.2. Em havendo transação para migração de plano de benefícios, em observância à regra da indivisibilidade da pactuação e proteção ao equilíbrio contratual, a anulação de cláusula que preveja concessão de vantagem contamina todo o negócio jurídico, conduzindo ao retorno ao statu quo ante.

2. No caso concreto, recurso especial provido. (REsp 1551488/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/06/2017, DJe 01/08/2017)

Não cabe, ademais, a esta Corte Superior interpretar as cláusulas do negócio celebrado entre as partes, na forma do enunciado 5/STJ, para dizer da existência ou não de renúncia/quitação.

Finalmente, no tocante à ilegitimidade passiva do Banco do Brasil, tenho que decai a parte de interesse recursal no que concerne, tendo em vista o não conhecimento do recurso especial quanto ao mérito, mantendo-se, assim, improcedência dos pedidos.

É que a análise da legitimidade do Banco, em verdade, não alteraria a situação da parte autora, que restara vencida no mérito na presente ação.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Com fundamento no art. 85, §11, do CPC, majoro os honorários de advogado a que condenada a parte recorrente na origem em 1%, atentando-se à gratuidade judiciária, acaso anteriormente concedida.

Advirto as partes que a oposição de incidentes manifestamente improcedentes e protelatórios dará azo à aplicação das penalidades legalmente previstas.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator